

TSE: big techs terão que remover conteúdo 'sabidamente' falso

Determinação aprovada pela Corte dispensa decisão judicial prévia e preenche vácuo deixado pelo Congresso

MARIANA MUNZ
mariamunz@globo.com.br

Resolução aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determina que as plataformas digitais removam conteúdos eleitorais "sabidamente inverídicos" mesmo sem decisão judicial prévia. A medida, editada pela ministra Cármen Lúcia, é de autoria do presidente da Corte, Alexandre de Moraes, e dá um passo à frente do Congresso na regulação do tema.

O texto, a que o GLOBO teve acesso, determina que as plataformas são responsáveis pela implantação de medidas que impeçam a publicação de conteúdo irregular, como notícias falsas, que atinjam a integridade do pleito. O texto também estipula a retirada imediata, em casos de risco, de conteúdos, entre outros pontos, ataques à democracia e discursos de ódio, o que inclui promoção de racismo,

homofobia e ideologias nazistas. As empresas podem ser responsabilizadas caso não adotem as medidas.

"DEVER DE CUIDADO"

A discussão sobre a responsabilidade das plataformas passa por um conceito chamado "dever de cuidado", considerado inerente à atividade desenvolvida pelas empresas e aos riscos envolvidos nelas. É neste aspecto que a resolução aprovada pelo TSE na terça está ancorada, uma vez que prevê um leque de obrigações associadas a esse dever.

A intenção do tribunal é restringir o argumento das plataformas, usado de maneira recorrente, de que sem ordem judicial não é possível remover conteúdo.

Na avaliação de interlocutores do TSE, a responsabilização das big techs está de acordo com o que foi proposto por Moraes no ano passado ao Congresso. O chamado "PL das fake news", porém,

está parado na Câmara.

A medida aprovada para as eleições de outubro também avança na norma que o TSE havia baixado para o pleito de 2022. Na época, o plenário aprovou uma proposta para acelerar a remoção de publicações com fake news das redes sociais. Na ocasião, ficou decidido que a Corte encaminhasse a plataformas os links de conteúdos com notícias falsas que deveriam ser excluídas por decisão judicial, mas que estavam sendo compartilhadas por diferentes perfis.

Além da resolução sobre remoção de conteúdo, o TSE aprovou para 2024 outras medidas envolvendo o uso das redes sociais, como a regulação do uso de inteligência artificial e proibição do uso de "deep fakes". A Corte define o mecanismo como "conteúdo sintético em formato de áudio, vídeo ou combinação de ambos, que tenha sido gerado ou manipulado digitalmente".

Entre as 12 resoluções aprovadas pela Corte na terça-feira,



Regas. O presidente do TSE, Alexandre de Moraes, tribuna: aprovou 12 resoluções com normas para as eleições

OUTRAS REGRAS APROVADAS

Armas e munição

Proibição de transporte de armas e munições por CACs no dia do pleito e nas 24 horas antes e depois.

Obras artísticas

Veto ao uso de obras artísticas em campanhas sem autorização.

Influenciadores

Artistas e influenciadores podem expor posição política nas redes, desde que de forma voluntária.

Lives

Toda live eleitoral será considerada ato de campanha.

estão normas relacionadas à propaganda eleitoral e à proibição de transporte de armas e munições por parte de colecionadores, atiradores e caçadores (CACs) no dia do pleito e nas 24 horas que o antecedem e o sucedem.

O TSE vetou o uso de obras artísticas em campanha eleitoral sem autorização. O pleito foi levado pela cantora e compositora Marisa Monte a uma audiência pública no tribunal. As normas aprovadas também possibilitam a artistas e influ-

enciadores manifestarem sua posição política em shows e canais de pessoas na internet, desde que as manifestações sejam voluntárias e gratuitas.

Também foi regulamentada a gratuidade do transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal nos dias de votação, sem qualquer distinção entre eleitores e sem veiculação de propaganda partidária ou eleitoral.

Toda live eleitoral será considerada ato de campanha, consequentemente sendo vedada a transmissão ou a retransmissão por canais de empresas na internet ou por emissores de rádio e TV, sob pena de configurar tratamento privilegiado durante a programação normal.

Câmara aprova projeto que favorece réu em caso de empate

Proposta, que vale para julgamentos criminais, vai à sanção presidencial

MARIANA MUNZ

A Câmara aprovou ontem o projeto de lei que favorece o réu em caso de empate nos julgamentos em processos penais em órgãos colegiados. A proposta vai à sanção presidencial. Atualmente, esse entendimento é aplicado apenas na apreciação de habeas corpus.

O texto também estabelece que habeas corpus pode

ser concedido de ofício — ou seja, sem um pedido da defesa, por exemplo — se o juiz ou o tribunal entender que alguém sofre ou está ameaçado de sofrer violência ou coação.

O projeto chegou a ser modificado no Senado, mas os deputados rejeitaram as alterações, mantendo o texto original, aprovado pela Câmara em março de 2023.

O texto aprovado pelo Se-

nado previa que, quando o processo tramitasse no Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou Supremo Tribunal Federal (STF), havia suspensão do julgamento para posterior tomada do voto de desempate.

Já nas alterações propostas no Código de Processo Penal, que atinjam os demais tribunais, a solução prevista foi outra. O projeto previa que o presidente



Origem. Deputados rejeitaram alterações feitas pelo Senado no projeto de lei

do colegio recusal, tribunal, câmara, turma ou seção, proferiria o voto de desempate. Caso ele tivesse participado da votação, seria convocado outro magis-

trado, nos termos do regimento interno do tribunal competente.

O relator, deputado Elmar Nascimento (União-BR), decidiu rejeitar as

mudanças do Senado com o argumento de que as emendas propostas promoviam insegurança jurídica ao criar soluções distintas para o caso de empate nas deliberações colegiadas.

"Como consta na justificativa formulada pelo autor da proposição, com a qual nós concordamos, a inexistência de um critério único, a ser observado em caso de empate nas decisões colegiadas adotadas em matéria penal e processual penal, promove insegurança jurídica. Por essa razão, o texto aprovado na Câmara dos Deputados propõe adoção de uma solução única", diz o parecer. (Comg1)

STF altera 'sobras eleitorais', mas mantém deputados

Maioria do Supremo barrou alteração feita pelo Congresso, mas descartou anulação da eleição de sete parlamentares

DANIEL GULLINO
danielgullino@globo.com.br

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que uma mudança feita pelo Congresso, em 2021, nas regras das chamadas "sobras eleitorais", que restringiu os candidatos que poderiam disputar as vagas restantes para a Câmara, foi inconstitucional. A mudança, entretanto, não afetará os parlamentares eleitos em 2022. Com isso, foi descartada a anulação da eleição de sete deputados, como foi defendido por parte dos integrantes da Corte.

Sete ministros votaram para derrubar a alteração nas sobras eleitorais, restabelecendo o modelo anterior. Desse, apenas cinco consideraram que a mudança não poderia ter vali-

do em 2022, o que teria como consequência a alteração dos deputados que foram eleitos.

CÁLCULO

As sobras eleitorais são as vagas que restam depois da divisão pelo quociente eleitoral — um índice que é calculado a partir do número de votos recebidos e das vagas disponíveis. Uma lei de 2021 estabeleceu que só poderia disputar as sobras o partido que tivesse ao menos 80% do quociente eleitoral, e os candidatos que tivessem obtido votos de ao menos 20% desse quociente.

Depois, ainda há uma terceira fase, as chamadas sobras das sobras. A lei estabeleceu que só poderiam participar dessa fase os partidos que tivessem se "classificado" para a segunda etapa. Os

ministros derrubaram esse requisito, e o novo entendimento já vale nas eleições municipais deste ano.

A votação dos ministros foi dividida em duas partes. Na primeira, eles decidiram se essa mudança foi correta ou não. Por sete votos a quatro, prevaleceu a posição do antigo relator, Ricardo Lewandowski (hoje aposentado), que ainda no ano passado considerou que a nova regra limitava o pluralismo político. Ele foi acompanhado por Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Nunes Marques, Flávio Dino, Dias Toffoli e Cármen Lúcia.

Os ministros André Mendonça, Edson Fachin, Luiz Fux e o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, entenderam que a alteração foi uma opção legítima da Legis-



Plenário. Sete ministros votaram para derrubar a alteração nas sobras eleitorais

lativo, mesmo que eles pudessem discordar do efeito.

Com o trecho da lei considerado inconstitucional, os ministros decidiram, então, se isso já deveria ter efeito em 2022, o que poderia anular a eleição de sete deputados. Essa hipótese foi rejeitada por seis votos a cinco. Apenas Moraes, Gilmar, Di-

no, Toffoli e Marques defenderam essa posição.

Moraes considerou que a decisão cria um precedente "desastroso", porque os deputados mantidos nos cargos não teriam sido eleitos.

— O Supremo, por maioria, entendeu que houve desrespeito à soberania popular, ao sistema representativo, e

nós vamos manter sete deputados que não foram eleitos.

Barroso, no entanto, rebateu dizendo que eles foram eleitos pelas regras vigentes à época. Para o presidente do STF, a lei prejudica partidos pequenos, mas isso foi uma opção dos parlamentares.

— Ela prejudica os pequenos partidos. Tal como a proibição de coligação partidária em eleição proporcional, tal como a cláusula de barreira. Ou seja, o legislador brasileiro quis dificultar mesmo a formação e a sobrevivência de partidos pequenos. De modo que é possível não gostar da norma.

Já Flávio Dino, em sua primeira sessão no plenário do STF, considerou que houve um "desequilíbrio".

— São degraus que têm sido trilhados no sentido de reduzir o número de partidos e fortalecer barreiras. Ocorre que, me parece, que esta dose foi excessiva, no caso concreto.

As ações foram propostas por quatro partidos: Rede, PSB, Podemos e PP.